



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS ANGICAL DO PIAUÍ
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

CARLA EDUARDA VIEIRA DE HOLANDA

**O ESTIGMA ASSOCIADO AOS PORTADORES DO HIV/AIDS NO MERCADO DE
TRABALHO**

**ANGICAL DO PIAUÍ
2023**

CARLA EDUARDA VIEIRA DE HOLANDA

O ESTIGMA ASSOCIADO AOS PORTADORES DO HIV/AIDS NO MERCADO DE
TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Bacharelado em
Administração do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Angical do
Piauí.

Orientadora: Profa. Ma. Azenate Alves
Rodrigues Damasceno.

O ESTIGMA ASSOCIADO AOS PORTADORES DO HIV/AIDS NO MERCADO DE TRABALHO

Carla Eduarda Vieira de Holanda¹
Azenate Alves Rodrigues Damasceno²

RESUMO

O presente trabalho abordará os estigmas associados as pessoas que vivem com HIV e Aids nas empresas, tendo como objetivo geral analisar as vivências desses indivíduos dentro das organizações, com enfoque nos entraves e impactos psicológicos. Para tal, a metodologia selecionada foi uma pesquisa científica básica com levantamento bibliográfico, de abordagem qualitativa e descritiva em relação aos seus objetivos de estudo. Os resultados indicam que o processo de estigmatização que as pessoas que vivem com HIV/Aids vivenciam, são fortes determinantes acerca da reinserção e manutenção no mercado de trabalho, uma vez que, possuem o medo constante de terem sua sorologia descoberta no âmbito laboral podendo ocasionar em demissão ou perseguição, desencadeando quadros de adoecimento psicológico. Além disso, a necessidade do tratamento antirretroviral, também é pertinente quanto a continuação dessas pessoas no mercado de trabalho.

Palavras-chave: HIV/AIDS; Estigma; Mercado de trabalho; Psicológico.

ABSTRACT

This paper will address the stigmas associated with people living with HIV and AIDS in companies, with the general objective of analyzing the experiences of these individuals within organizations, focusing on the obstacles and psychological impacts. To this end, the selected methodology was a basic scientific research with bibliographical survey, of qualitative approach, with the objective of identifying the psychological factors and the stigmas in the trajectory of these people in the labor sphere, being descriptive in relation to its study objectives. The results indicate that the process of stigmatization that people living with HIV/AIDS experience are strong determinants about the reinsertion and maintenance in the labor market, since they have the constant fear of having their serology discovered in the workplace, which may lead to dismissal or persecution, triggering psychological illness, in addition to the need for antiretroviral treatment, it is also pertinent to the continuation of these people in the labor market.

Keywords: HIV/AIDS; Stigma; Labor market; Psychological.

Data de aprovação: 08/05/2023

¹Acadêmica em Bacharelado em Administração. IFPI – Campus Angical.
caang.20191baa41@aluno.ifpi.edu.br

² Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFPI). Especialista em Supervisão Pedagógica (UESPI) e Gestão Pública (UFPI). Bacharel em Administração (UESPI) e Licenciatura Plena em Pedagogia (UESPI).
azenate@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) trata-se de um vírus que causa uma grande anomalia no organismo da pessoa infectada destruindo linfócitos de defesa, provocando grave destruição imunológica e assim progredindo para a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) (CEZAR; DRAGANOV, 2014).

Os portadores do HIV/Aids, em sua maioria, padecem com distúrbios psicológicos que se correlacionam em vários âmbitos de interação social se desdobrando em problemas significativos na autoestima, isolamento e na vontade de viver (PATRÍCIO et al., 2018). À vista disso, é pertinente salientar que esse conjunto de sensações e sentimentos se amontoam em outras vertentes da vida da pessoa soropositiva, principalmente no mercado de trabalho.

A AIDS só foi reconhecida em meados de 1981, nos EUA, decorrente da grande parcela de pacientes adultos do sexo masculino, homossexuais e residentes em São Francisco, que evidenciaram sintomas de aids, como o "Sarcoma de Kaposi", pneumonia por *Pneumocystis carinii* e comprometimento do sistema imunológico (ALVES et al., 2007).

Por se tratar de um novo vírus e com a escassez de informações acerca do HIV, não demorou muito para que a mesma se alastrasse pelo mundo, infectando a população sem fazer diferenciação de classe econômica, racial, de gênero ou sexualidade, todavia, em razão do preconceito contra a comunidade lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, intersexo, assexual e outras pessoas dentro do espectro (LGBTQIA+), principalmente gays, transexuais e travestis, a aids foi considerada no início como a "peste gay".

Segundo o autor Terto Jr. (2002), a associação da aids com homossexuais chegou a ser conhecida por GRID (Gay Related Immunodeficiency), nos meios científicos de câncer gay e peste gay. A doença deu-se a vinculação dos 5H: Homossexuais, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável), hemofílicos e hookers (nome em inglês dado às profissionais do sexo). Dessa forma, gerando o estigma social maior em cima desses indivíduos que reflete até os dias de hoje.

Diante do desconhecido, a sociedade passou a repudiar pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA) recrudescendo a definição de "peste", tipificado uma ameaça extrema para a população. Ademais, a desinformação e preconceito a respeito da AIDS, acarretou a associação da doença em indivíduos já marginalizados e inclusos

nos 5H, ocasionando a desumanização profunda dessas pessoas (ALMEIDA; LABRONICI, 2007).

A opção pela abordagem do tema no presente artigo, se deve pela necessidade de identificar os impedimentos e dificuldades na trajetória dos soropositivos, assim como, de fazer uma análise acerca dos fatores psicológicos negativos que às pessoas soropositivas vivenciam em diversas esferas da vida social, principalmente no mercado de trabalho, buscando responder: Quais os estigmas que as pessoas portadoras do HIV/Aids sofrem no mercado de trabalho?

Atentando-se para o contexto dos portadores do HIV/Aids no mercado de trabalho e a discriminação, este artigo tem como objetivo geral: Analisar os soropositivos no mercado de trabalho com enfoque nos objetivos específicos: Analisar os fatores psicológicos que envolvem os portadores do HIV/Aids no mercado de trabalho e compreender a manutenção dessas pessoas nas empresas.

Para atingir os objetivos do estudo, a metodologia selecionada foi uma pesquisa científica básica com levantamento bibliográfico, terá como propósito identificar os estigmas e as dificuldades na trajetória das pessoas que vivem com HIV/Aids no mercado de trabalho. Para tanto, se pretende fazer um estudo qualitativo do tema.

Os tópicos a seguir irão discorrer sobre os entraves, experiências e vivências das PVHA no mercado de trabalho e na sociedade em geral, assim como, evidenciar os impactos psicológicos decorrentes da desumanização, estigmatização e o processo de marginalização dessas pessoas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTO SOCIAL DO PORTADOR DO HIV/AIDS

Conforme o estudo de Goffman (1988), o estigma é um atributo que tem um significado depreciativo, socialmente é usado para menosprezar a pessoa, já que o atributo é visto como defeito, fraqueza ou desaprovação. Dessa maneira, o indivíduo estigmatizado carrega uma identidade relacionada a atributos que conduzem ao descrédito.

À vista disso, percebe-se a relação da definição de estigma com o portador do HIV/Aids, já que ele é discriminado e excluído de vários espaços em razão da doença.

Segundo Almeida e Labronici (2007), a estigmatização é um fator de peso na transição da diferença em desigualdade, tendo maior incidência nas PVHA.

Inicialmente, acreditava-se que a doença fosse restrita ao grupo de pessoas incluídas no 5H: Homossexuais, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável), hemofílicos e hookers (nome em inglês dado às profissionais do sexo), e não que toda e qualquer pessoa que fosse exposta ao HIV poderia se infectar. (CARVALHO et al., 2007).

Devido a essa desinformação a doença atingiu um grande nível de contágio na maior parte da população indo além dos 5H. Desde o surgimento da aids, no decênio de 1980, fenômenos como sua heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização mostram que o contágio nunca foi restrito ao que se considerava grupo de risco ou 5H, atingindo a população de forma geral (CARVALHO et al., 2007).

De acordo com Vieira (2018), é relevante salientar que o HIV/Aids não seleciona um grupo exclusivo, acometendo a sociedade como um todo, sem distinção de raça, crença, classe social, orientação sexual, formação, todas estão passíveis à contaminação pelo vírus. Segundo o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, em dezembro de 2020, foi registrado no boletim epidemiológico da AIDS, aproximadamente 920 mil pessoas com HIV no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

2.1.1 Mercado de trabalho e pessoas que vivem com HIV/Aids

O mercado de trabalho é fundamentado nos vínculos entre o trabalhador e as organizações, indivíduos que buscam emprego e os que oferecem emprego, ou seja, oferta de mão-de-obra em troca de remuneração (JORGE, 2010).

O trabalho tem grande valor na sociedade, de modo que gera um espaço de relacionamento com outras pessoas, oportuniza condições materiais para a sobrevivência, propicia o sentimento de união e inclusão na comunidade e dar propósito à vida das pessoas (MORIN, 2001).

Nessa contextualização, compreende-se que o trabalho ocupa um ponto central na vida das pessoas e as que não são inseridas no ambiente trabalhista, tendem a ficarem excluídas de meios importantes de interação social, ocasionando em problemas significativos no estado emocional. No que se refere aos avanços para

erradicar a doença e melhorar a qualidade de vida dos portadores de HIV/Aids, a eficácia dos medicamentos tem reduzido a mortalidade e consequentemente aumentando a expectativa de vida dos portadores. Hoje em dia, a AIDS pode ser considerada uma doença crônica e tratável (BARBOSA; SOUZA, 2007).

Entretanto, até o momento presente, a aids é compreendida por muitos, como uma enfermidade fatal e o indivíduo soropositivo ainda é vítima do estigma onde a cronicidade da doença faz com que a maioria das pessoas considere as PVHA sentenciadas a morte (NEGREIROS et al., 2016). Segundo Freitas et al. (2011), dentro do ambiente trabalhista ainda é muito excessiva a discriminação por parte do empregador como dos funcionários, acarretando a exclusão de pessoas vivendo com HIV/Aids dentro das organizações.

Além dos preconceitos previamente mencionados acerca do HIV/Aids ainda existem outras questões discriminatórias que agravam a permanência, recolocação ou inserção dessas pessoas no ambiente de trabalho, como por exemplo, fatores relacionados à raça, gênero e orientação sexual. A intolerância de raça, orientação sexual e de gênero são questões que influenciam nas oportunidades de ingresso e na continuação nos ambientes de trabalho no Brasil. À vista disso, pessoas negras, LGBTQIA+ e mulheres, possuem os piores índices do mercado de trabalho, sendo necessário se sujeitarem a trabalhos precários ou informais (FILHO; VIEGAS, 2020).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no seu repertório de recomendações sobre o HIV/Aids no mercado de trabalho, propõe que as empresas tratem as pessoas soropositivas da mesma forma que colaboradores com outras doenças graves no que se remete a gratificações, benefícios e ajustes plausíveis no trabalho, logo, os colaboradores em condições clínicas para determinado emprego deveriam usufruir da permanência e de viabilidades normais de transferências e ascensão no ambiente de trabalho (OIT, 2004). Portanto, entende-se à necessidade de adaptação dessas recomendações por parte das empresas.

2.1.2 Entraves vivenciados por PVHA no mercado de trabalho

Alguns dos obstáculos enfrentados por portadores de HIV/Aids no mercado de trabalho estão relacionados às questões dos testes admissionais, visto que, possam a vir externar a presença do HIV/Aids no funcionário, resultando em estigmatização e preconceito dentro da empresa ou levando a demissão, como também o medo

constante de serem descobertos devido às ausências no emprego para fazer exames médicos, ocasionando a evasão desses portadores no mercado de trabalho (FREITAS et al., 2011).

O estudo de Bulgarelli e Távora (2013 p.800), declara que o processo de discriminação contra as PVHA pode ter início na etapa pré-contratual, a partir do momento em que a empresa requisita o exame anti-HIV para admissão. É importante salientar que a obrigatoriedade do teste de anti-HIV é ilegal e de caráter discriminatório. De acordo com a Portaria Interministerial nº869, de 11 de agosto de 1992 proíbe, no âmbito do serviço público federal, a exigência do exame para constatação do HIV, tanto nos exames pré-admissionais tais como nos exames periódicos de saúde (BRASIL, 1992).

Consoante Freitas et al. (2011), algumas pessoas soropositivas abdicam a busca por trabalho com receio de se sujeitar aos exames admissionais, muitas são demitidas e outras solicitam o desligamento da empresa com medo de serem descobertas portadoras do HIV.

Manifestam-se outros impasses acerca da transmissão do HIV no ambiente de trabalho, dado que, muitos empregadores usam de argumentos desinformados e preconceituosos a respeito do contágio da doença dentro da organização, para demitir a pessoa soropositiva ou simplesmente não contratar (BULGARELLI; TÁVORA, 2013).

Todavia, a contaminação é muito difícil de ocorrer no ambiente de trabalho, visto que, não existe possibilidade de haver o contágio através do uso repartido de objetos não perfurantes e espaços, conforme a Biblioteca Virtual em Saúde as formas de transmissão do HIV são por meio de relações sexuais desprotegidas com portadores do HIV/Aids, pelo uso compartilhado de objetos perfurantes infectados, como agulhas, alicates, entre outros, na gravidez da mãe para o bebê ou no período de aleitamento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

No cenário do mercado de trabalho a transmissão do HIV/Aids é praticamente impossível, apesar disso, esse fato tem sido utilizado por empregadores como justificativa para desligar o funcionário da empresa ou não contratar (FIGUEIREDO; FERREIRA, 2006).

Em função da propagação de conceitos distorcidos e o processo de estigmatização sobre o HIV/Aids, grande parte das organizações temem por contratarem pessoas soropositivas, uma vez que, receiam gastos extras e problemas

com horários, dificultando a permanência ou inserção do portador de HIV/Aids na empresa. Segundo o estudo de Figueiredo e Ferreira (2006), definições errôneas ligadas ao HIV/Aids fazem com que os empregadores demitam e não efetive as PVHA, com medo de gastos posteriores a contratação, colocando obstáculos na continuação ou inserção dessas pessoas nas organizações.

2.2 ASPECTOS DA SAÚDE MENTAL DOS PORTADORES DO HIV/AIDS

Com os avanços na ciência e a evolução significativa no tratamento terapêutico e medicamentoso disponibilizados as PVHA, viabilizou-se melhorias na saúde desses indivíduos, no entanto, é notável que tais avanços não foram suficientes para diminuir a discriminação e os estigmas que norteiam o portador de HIV/Aids, sendo que, trata-se mais de uma questão de valores religiosos, morais e éticos do que reconhecer fundamentos científicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

Consoante, o escritor Volpe (2020), apesar dos estudos comprovados de que a doença acomete qualquer pessoa exposta ao vírus sem proteção, ainda há quem sustente a ideia primária e preconceituosa ao se fazer a vinculação da doença com os 5H.

Em concordância com dados do Ministério da Saúde (2012), as PVHA podem vivenciar momentos de desordem psíquica e aflição, decorrentes de se descobrirem infectadas por uma doença sem perspectiva de melhora em curto ou médio prazo, além dos estigmas que são externados em reações de discriminação sexual, social e afetiva.

O receio da solidão, do julgamento e o possível afastamento familiar e dos amigos fazem com que essas pessoas, em sua maioria, evitem pensar no diagnóstico ou dar início ao tratamento, desse modo, ocasionando em uma piora gradual na saúde física. A respeito disso, os seguintes autores destacam:

O medo do abandono, de ser julgado e de revelar sua identidade social, a culpa pelo adoecimento, a impotência, a fuga, a clandestinidade, a omissão, a exclusão e o suicídio, originados e construídos pelo real convívio com o social que reforça os hábitos e as expectativas e que estão profundamente enraizados numa sociedade preconceituosa (GUIMARÃES; GODINHO, 1992; PARKER; AGGLETON, 2001 apud ALMEIDA; LABRONICI, 2007 p. 265).

Além da saúde física outro fator agravante é o adoecimento psicológico das PVHA, sendo capaz, de surgir quadros de depressão ou ansiedade por medo de perderem o afeto de pessoas próximas, relacionamentos, bem como revelar sua atual condição sorológica. O receio dos portadores de HIV/Aids vivenciarem situações de estigmatização e discriminação, faz com que a maioria desses indivíduos esconda o diagnóstico dos amigos e da família (MAKSUD; RODRIGUES, 2017).

As PHVA sofrem com depressão, insônia, dependência química, dentre outros, pois são pessoas marginalizadas e vulneráveis, resultado dos estigmas da sociedade e da doença. A evolução dos sintomas ocorre muitas vezes em decorrência da discriminação que sofrem regularmente (FONTENELES et al., 2020).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o autor Rodovalho et al. (2018), acrescenta que a depressão em PVHA é bastante elevada e tem ligação direta com a ansiedade, distúrbio do sono, baixa renda e vontade de morrer, normalmente, as PVHA são as mais acometidas por psicopatologias do que a sociedade em geral.

Conforme Coutinho, O'Dwyer e Frossard (2018, p.159), o suporte emocional é essencial para a receptividade do diagnóstico, pois previne o pensamento suicida. Na hora da descoberta da doença, o apoio familiar ou de alguém que exerça essa função configura-se de grande importância, auxiliando na manutenção do tratamento mensal das PVHA. Desse modo, uma rede de apoio se torna decisório para que o portador tenha forças para iniciar e manter o tratamento, como também para ter uma melhor qualidade de vida.

2.2.1 O tratamento Antirretroviral

Nos primórdios do decênio de 90, quando a vulnerabilidade, o receio e os riscos da sociedade perante o HIV/Aids cresciam absurdamente, a Coordenação do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Aids do Ministério de Saúde, juntamente com as secretarias municipais e estaduais de saúde, deu-se início à fundação de diversas unidades públicas de saúde em todo o território nacional, o COAS (Centro de Orientação e Apoio Sorológico), atualmente conhecido como CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento), na tentativa de erradicar a epidemia da aids, possuem a finalidade de: disponibilizar testagem anônima para o HIV e, simultaneamente, desenvolver um método de prevenção e instrução aos seus utilizadores (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999; MINAYO et al., 1999).

Em conformidade com informações do Ministério da Saúde (1999), o CTA além de oferecer a testagem gratuita, auxiliam na introdução aos problemas psicossociais da epidemia do HIV/aids para a sociedade, contribuindo imensamente com o intuito de anular o estigma, diante disso, há uma tentativa de sensibilização e elucidação, por intermédio das condutas de aconselhamento e há também a inserção dos medicamentos antirretrovirais em casos de pessoas diagnosticadas com HIV/Aids.

Como se pôde ver, parece claro afirmar que os Centros de Testagem e Aconselhamento, passam a ter um posicionamento estratégico de grande importância na disseminação de informações reais sobre a doença, assim como, para o diagnóstico precoce da infecção pelo HIV, direcionando rapidamente, as pessoas portadoras de HIV aos serviços assistenciais.

Apesar de que existam os CTA que facilitam o tratamento dos indivíduos infectados ou na prestação do serviço de testagem, ainda há muito medo por parte das pessoas, com receio dos julgamentos caso alguém as veja entrando nos centros. Segundo a pesquisa de Brandão e Soares (2013), consta que as pessoas, em sua maioria, já se sentiram julgadas por procurar o CTA em busca de exames.

Evidenciam-se as reclamações constantes sobre a periodicidade do tratamento, tendo que se abster todo mês do trabalho para exames e consultas. Algumas das dificuldades percebidas no mercado de trabalho são os atrasos e as faltas devido as consultas, diminuição no rendimento por causa dos danos à saúde devido a doença e os efeitos colaterais dos antirretrovirais (BELTRÃO et al., 2020)

De acordo com o Grupo de Incentivo à vida (GIV, s.d.); Garrido et al. (2007), o tratamento antirretroviral consiste na utilização de medicamentos para inibir a multiplicação do retrovírus no organismo, não mata o HIV, mas por outro lado, evita o enfraquecimento do sistema imunológico e o surgimento de infecções oportunistas (IO) que são a maior razão do afastamento do trabalho.

As infecções oportunistas (IO) são causadas por vários organismos, como vírus, bactérias e fungos, que acometem pessoas com baixa imunidade (SILVA, s.d.); quando diagnosticadas, também podem deixar sequelas que afetam a saúde mental das PVHA, as quais podem apresentar sintomas como dificuldade de memória e cognição, ansiedade, angústia e até mesmo demência (CHRISTO, 2010). Diante das afirmações expostas, presume-se que além do fator de isolamento social potencializar os sentimentos de tristeza e desconsolo, o HIV por si só, acarreta numa prevalência de transtornos mentais.

O processo de estigmatização no âmbito empresarial pode se iniciar com às necessidades do tratamento antirretroviral, uma vez que, exige muitas consultas, faltas ou atrasos no trabalho. No presente, essas urgências são mais rotineiras do que na década inicial da epidemia do HIV/Aids, quando o adoecimento resultava rapidamente em morte (GARRIDO et al., 2007).

Consoante o estudo de Pereira, Szwarcwald e Damacena (2019), no trabalho formal, a aids pode ser uma desculpa para demitir um empregado detestado, sendo que a condição sorológica pode ser aproveitada como um facilitador para o afastamento da empresa.

2.3 DIREITOS DAS PHVA ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A discriminação é caracterizada em desigualdades nas camadas sociais, significa toda distinção, restrição, exclusão ou preferência que tenha por propósito invalidar ou deteriorar o exercício nos campos cultural, social, político ou em qualquer outro campo (BRASIL, 2010), geralmente está associada às questões de orientação sexual, raça, gênero, entre outros, comumente relacionada as minorias e pessoas marginalizadas e ou estigmatizadas pela sociedade, diante deste cenário, faz-se necessário a criação de leis que asseguram direitos de inclusão dessas pessoas na sociedade. Segundo a autora Furlani (2017), os mecanismos de desigualdade atingem vários espectros sociais, sendo esses: sexo, raça, gênero, sexualidade, e assim por diante.

De acordo com a Lei de nº 9.029, de 13 de abril de 1995:

Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (BRASIL, 1995).

Diante do exposto, todo cidadão brasileiro tem garantido o direito de acesso ao emprego, entretanto, na prática ainda ocorrem situações preconceituosas que dificultam ou impossibilitam grupos de se introduzirem no mercado de trabalho, em especial as pessoas que vivem com HIV/Aids devido a dimensão do estigma.

Embora as PVHA tenham seus direitos amparados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que assegura “São direitos sociais a educação, a saúde, a

alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988, art. 6).

Os aspectos sociais da exclusão na vida das PVHA se objetivam por meio do desacato aos direitos socialmente constituídos, tal como, pela sua não-inserção no mercado de trabalho, método esse que coage os portadores de HIV/Aids a viver na sociedade com direitos cada vez mais limitados (MOURA; SILVA, 2022).

A partir desse cenário, a Organização Mundial de Saúde (OMS), em associação com a OIT, estabeleceu instruções gerais sobre o tratamento atribuído aos empregados portadores do HIV ou com Aids, por intermédio da Declaração da Reunião Consultiva Sobre AIDS e Local de Trabalho (BARROS, 2000).

Ainda de acordo com Barros (2000), cabe frisar que nessa declaração depreende-se que, na maior parte dos ofícios ou profissões e das situações trabalhistas, o emprego não promove nenhum perigo de contaminação ou transmissão do HIV, seja de um colaborador para outro, seja de um colaborador para um consumidor ou vice-versa (seção II, § 4º).

Além dos incentivos previamente mencionados que incluem as PVHA na colocação ou reinserção no mercado de trabalho, vale ressaltar que há uma lei direcionada aos direitos das pessoas que vivem com HIV/Aids, sendo assegurados pela lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014:

“Art. 1º I - recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado; II - negar emprego ou trabalho; [...]” (BRASIL, 2014).

Devido a exclusão e o preconceito com as PVHA na sociedade, principalmente no mercado de trabalho, a lei nº12.984/2014 afirma dentre outros pontos importantes, que recusar emprego ou trabalho, despedir ou exonerar e difundir a condição da pessoa portadora do HIV ou doente de Aids constitui crime passível de pena de 1 a 4 anos, e multa (BRASIL, 2014).

Na tentativa de diminuir as dificuldades vividas pelas PVHA, a lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS (BRASIL, 1996). Em linhas gerais, mesmo com a existência de leis que asseguram cidadania aos portadores do HIV/Aids, não são

suficientes para suprir uma sobrevivência digna, portanto, é indispensável reconhecer a exclusão social e histórica que as PVHA carregam (SANTOS, 2019).

3 METODOLOGIA

Propõe-se procedimento metodológico de abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar os fatores psicológicos e os estigmas na trajetória dos portadores do HIV/Aids no mercado de trabalho. Esse tipo de pesquisa se alinha ao objetivo do tema, dado que, possibilita o estudo de fatos relacionados aos seres humanos e as relações sociais que surgem naturalmente da interação entre os seres e os diversos meios que estão inseridos, buscando descrever de forma minuciosa os fenômenos e elementos abrangidos (AUGUSTO, 2014; GODOY, 1995).

Conforme Gil (2019), a pesquisa científica básica deve ser movida pela curiosidade e suas descobertas devem ser difundida para toda a sociedade, tornando-se possível a transmissão e discussão do conhecimento. Desse modo, a pesquisa se relaciona ao tema, pelo fato de observar fenômenos e evidenciar quais os problemas que as PVHA passam em razão dos estigmas.

Com relação aos objetivos, concerne uma pesquisa descritiva, visto que, analisa os entraves vivenciados pelas PVHA, principalmente no mercado de trabalho. As pesquisas descritivas têm por propósito examinar as particularidades de determinado fenômeno ou população, podendo ser desenvolvidas também como a finalidade de distinguir possíveis vínculos entre variáveis (GIL, 2017).

Trata-se de um estudo bibliográfico que consistirá na coleta de informações a partir do ponto de vista de diferentes autores a respeito do tema. Segundo o autor Pizzani et. al. (2012, p. 54) “Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, [...]”. A qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da internet entre outras fontes (SEVERINO, 2017).

A escolha do tipo de pesquisa desenvolvida e o método utilizado terão como o principal propósito fazer uma abordagem sobre os estigmas e preconceitos acerca das PVHA. Além disso, busca-se descrever como essas discriminações afetam a saúde mental desses indivíduos, bem como ilustrar as principais ações governamentais para assegurar o direito de entrada e permanência no mercado de trabalho para pessoas que vivem com HIV/Aids.

Para coletar os dados nas plataformas de publicações foram empregues as seguintes combinações de palavras: Saúde mental das PVHA e trabalho; Portadores de HIV no mercado de trabalho, HIV/Aids no mercado de trabalho; Direitos do trabalhador portador do HIV/Aids, Depressão, ansiedade e HIV; Estigmas do HIV no mercado de trabalho; Legislação e o HIV; etc.

Estas combinações foram digitadas no Google e no Google Acadêmico, aplicando os filtros: páginas em português e data (do ano 1999 a 2022). À medida que os resultados das buscas eram apresentados, realizava-se a separação das publicações de revistas, repositórios e periódicos de universidades públicas, bibliotecas digitais, em particular SciELO e sites oficiais como Ministério da Saúde, Portal da Legislação, OIT. Após a leitura dos resumos os achados foram triados e separados para serem usados no referencial teórico e/ou na discussão dos resultados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao se efetivar a análise de todos os artigos selecionados por estarem alinhados com o objetivo da pesquisa, surgiram várias percepções quanto a realidade das PVHA.

No que se refere ao estigma associado aos portadores do HIV/Aids no mercado de trabalho, ainda há uma grande escassez da explanação desse tema, porém, ainda foi possível encontrar estudos relevantes que tragam embasamento teórico para a pesquisa. Autores e Organizações como Freitas et al. (2011), Szwarcwald e Damacena (2019), OIT (2004), Bulgarelli e Távora (2013 p.800), dentre outros, realizaram estudos acerca do tema.

Atentando-se a responder o objetivo geral do presente artigo, que busca analisar os soropositivos no mercado de trabalho, Freitas et al. (2011), diz que dentro do ambiente trabalhista ainda é muito excessiva a discriminação por parte do empregador como dos funcionários, acarretando a exclusão de pessoas vivendo com HIV/Aids dentro das organizações.

Cabe frisar, que o estudo de Freitas et al. (2011) ainda revela que o principal motivo de omissão da sorologia das PVHA no trabalho, é o receio de sofrerem constrangimentos e prejuízos no ambiente laboral, e no pior dos cenários, a demissão. O estudo também ressalta a importância do sigilo, para evitar o preconceito e o isolamento social.

Os autores Moura e Silva (2022) manifestam, que os aspectos sociais da exclusão na vida das PVHA se objetivam por meio do desacato aos direitos socialmente constituídos, tal como, pela sua não-inserção no mercado de trabalho, método esse que coage os portadores de HIV/Aids a viver na sociedade com direitos cada vez mais limitados.

Acerca da inserção dos portadores do HIV/Aids no mercado de trabalho, Bulgarelli e Távora (2013 p.800), declaram que o processo de discriminação contra as PVHA pode ter início na etapa pré-contratual, a partir do momento em que a empresa requisita o exame anti-HIV para admissão, assim como, após a contratação em consequência do possível contágio no trabalho.

De acordo com a Portaria Interministerial nº869, de 11 de agosto de 1992 (BRASIL,1992), a obrigatoriedade do teste de anti-HIV é ilegal e de caráter discriminatório e proíbe, no âmbito do serviço público federal, a exigência do exame para constatação do HIV, tanto nos exames pré-admissionais tais como nos exames periódicos de saúde.

Apesar dessa Portaria que protege o indivíduo de ter a sua sorologia descoberta, não quer dizer que não possa haver meios de ser externada no trabalho, o autor Garrido et al. (2007), discorre que o processo de estigmatização no âmbito empresarial, pode evidenciar-se com às necessidades do tratamento antirretroviral, uma vez que, exige muitas consultas, faltas ou atrasos no trabalho. Há de convir que,

Com relação as facetas do estigma que envolvem as pessoas portadoras do HIV e da Aids na sociedade, Negreiros et al. (2016) afirma que no momento presente, a aids é compreendida por muitos, como uma enfermidade fatal e o indivíduo soropositivo ainda é vítima do estigma onde a cronicidade da doença faz com que a maioria das pessoas considere as PVHA sentenciadas a morte.

Na esfera laboral, Pereira, Szwarcwald e Damacena (2019), relatam que no trabalho formal, a aids pode ser uma desculpa para demitir um empregado detestado, sendo que a condição sorológica pode ser aproveitada como um facilitador para o desligamento da empresa e no trabalho informal o receio da contaminação afasta as pessoas do convívio dos soropositivos.

Entretanto, o Ministério da Saúde (2016) ressalta que a contaminação é muito difícil de ocorrer no ambiente de trabalho, visto que, não existe possibilidade de haver o contágio através do uso repartido de objetos não perfurantes e espaços, conforme a Biblioteca Virtual em Saúde as formas de transmissão do HIV são por meio de

relações sexuais desprotegidas com portadores do HIV/Aids, pelo uso compartilhado de objetos perfurantes infectados, como agulhas, alicates, entre outros, na gravidez da mãe para o bebê ou no período de aleitamento.

Seguindo a mesma linha de estudo Figueiredo e Ferreira (2006) enfatizam que no cenário do mercado de trabalho a transmissão do HIV/Aids é praticamente impossível, apesar disso, esse fato tem sido utilizado por empregadores como justificativa para demitir e não efetivar as PVHA, com medo de gastos posteriores a contratação, colocando obstáculos na continuação ou inserção dessas pessoas nas organizações.

Como foi visto, torna-se evidente há exclusão dos portadores do HIV/Aids no mercado de trabalho, acarretando diversos danos psicológicos em razão desse processo excludente vivenciados pelas pessoas soropositivas.

As pesquisadoras Almeida e Labronici (2007), afirmam que a estigmatização é um fator de peso na transição da diferença em desigualdade, tendo maior incidência nas PVHA, essas pessoas costumam sofrerem uma dupla vitimização, além de sofrer em decorrência da doença, ainda há a estigmatização.

Com relação a saúde mental das pessoas portadoras do HIV/Aids, o Ministério da Saúde (2012), discorre que as PVHA podem vivenciar momentos de desordem psíquica e aflição, decorrentes de se descobrirem infectadas por uma doença sem perspectiva de melhora em curto ou médio prazo, além dos estigmas que são externados em reações de discriminação sexual, social e afetiva.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Maksud e Rodrigues (2017) afirmam que um fator agravante da Aids é o adoecimento psicológico das PVHA, uma vez que, essas pessoas têm receio de serem vítimas da estigmatização e discriminação, sendo capaz, de surgir quadros de depressão ou ansiedade por medo da exclusão, de perderem o afeto de pessoas próximas, relacionamentos, bem como revelar sua atual condição sorológica.

Em concordância com dados do Ministério da Saúde (2012), os indivíduos portadores do HIV/Aids possuem o receio da solidão, do julgamento e o possível afastamento familiar e dos amigos fazem com que as PVHA, em sua maioria, evitem pensar no diagnóstico ou dar início ao tratamento, desse modo, ocasionando em uma piora gradual na saúde física e emocional.

Convém ressaltar a extrema importância da rede de apoio familiar, tendo em consideração, que as PVHA já irão sofrer discriminação, marginalização e outras

facetas do estigma. O'Dwyer e Frossard (2018, p.159) expõe que o suporte emocional é essencial para a receptividade do diagnóstico, pois previne o pensamento suicida. Na hora da descoberta da doença, o apoio familiar ou de alguém que exerça essa função configura-se de grande importância, auxiliando na manutenção do tratamento mensal das PVHA. Desse modo, uma rede de apoio se torna decisório para que o portador tenha forças para iniciar e manter o tratamento, como também para ter uma melhor qualidade de vida.

Diante do exposto, no tentame de diminuir os impactos negativos que assolam as PVHA na sociedade e em específico na esfera laboral, órgãos como a Organização Internacional do Trabalho (2004), divulgaram um repertório de recomendações sobre o HIV/Aids no mercado de trabalho, no qual propõe que as empresas tratem as pessoas soropositivas da mesma forma que outros funcionários com outras doenças graves, devendo usufruir da permanência e de viabilidades normais de transferências e ascensão no ambiente de trabalho.

De modo similar, a constituição federal de 1988 dispõe de leis para assegurar a inserção, reinserção e manutenção das PVHA no ambiente trabalhista, sendo assegurados pela lei nº 12.984, de 2 de junho de 2014, a referida afirma que é proibido negar emprego ou trabalho para pessoas portadoras do HIV/Aids. Já a lei de 9.029/1995, contribui para uma melhor qualidade de vida do portador, tendo em vista, a garantia gratuita de medicamentos para as PVHA.

Para concluir, o autor Santos (2019) diz que esses avanços apesar de necessários e de extrema importância para a desconstrução do estigma, não são suficientes para garantir o acesso as PVHA ao trabalho e ressalta a relevância da criação de mais políticas públicas voltadas para essas pessoas.

A análise trouxe algumas percepções sobre o que cada autor trouxe de importância para a construção do estudo. A seguir foi elaborado o Quadro 1 com as principais contribuições.

Quadro 1: Principal relevância dos autores acerca do tema

Título do Trabalho	Autor	Ano	Principal Relevância
Sofrimento psíquico em pessoas que vivem com o HIV/AIDS	FONTENELES, A	2020	Adoecimento psicológico das pessoas portadoras do HIV/Aids.

A trajetória silenciosa de pessoas portadoras de HIV contada pela história ora	ALMEIDA, MRCB; LABRONICI, L.M.	2007	Relata o impacto do estigma na vida das PVHA.
Enfrentamentos experienciados por homens que vivem com HIV/Aids no ambiente de trabalho	FREITAS, J. G., et al.	2011	Evidencia os entraves que as pessoas portadoras do HIV/Aids vivenciam no mercado de trabalho.
Atenção em saúde mental nos serviços especializados em DST/Aids	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2012	Discorre sobre a saúde mental das PVHA.
Fatores de proteção relacionados à promoção e resiliência em pessoas que vivem com HIV/AIDS	CARVALHO, F. T., et al.	2007	Contextualização histórica do HIV/Aids
AIDS E DISCRIMINAÇÃO, A ENFERMIDADE NO AMBIENTE LABORAL	BULGARELLI, A. F., TÁVORA, P. R.	2013	Evidencia as discriminações vividas na esfera laboral pelas PVHA.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada (2023).

No quadro acima é possível analisar os principais autores que fundamentaram esse trabalho, destacando a relevância de cada um para a construção das respostas aspiradas por esse estudo.

5 CONCLUSÃO

O estudo indica que a discriminação e o preconceito possuem um impacto muito maior para o portador do HIV/Aids do que a doença em si, visto que, é uma doença crônica tratável, mas devido o processo de exclusão e desumanização dessas pessoas na sociedade, o sofrimento pela discriminação é superior.

Considerando o contexto social de marginalização das PVHA ao longo dos anos e às definições errôneas ligadas à doença, fazem com que esses indivíduos

sejam excluídos de vários espaços importantes de interação social em razão da doença, que lhe sejam negados afeto, emprego e suporte familiar, em resposta a esse processo, muitos portadores do HIV/Aids desenvolvem problemas psíquicos, consequentemente agravando a saúde física e em casos extremos levando ao suicídio.

No que se refere ao ambiente trabalhista, o preconceito é muito excessivo tanto por parte das organizações como dos funcionários, acarretando na exclusão de pessoas vivendo com HIV/Aids dentro das empresas. Os trabalhadores soropositivos vivem sob constante tensão e medo da doença vir a ser externada, podendo ocasionar em problemas no trabalho, como perseguição e posteriormente o desligamento da organização.

Não obstante, o ambiente laboral quando agradável, é um importante aliado no enfrentamento da doença e na manutenção desses indivíduos nas organizações, o que chama à atenção de políticas públicas que garanta a integração, reintegração e a permanência das PVHA nesse espaço.

A Organização Internacional do Trabalho e às leis de nº 12.984/2014 e nº. 9.029/1995 são importantes instrumentos para assegurar o direito ao trabalho de forma ampla, porém não são suficientes para suprir uma sobrevivência digna e nem garantia de estabilidade para as pessoas que vivem com HIV e AIDS dentro das organizações.

Parece claro ressaltar à necessidade de mais políticas públicas na tentativa de amenizar ou se possível erradicar os estigmas acerca do HIV e da AIDS na sociedade, principalmente no ambiente laboral, visando melhorar as condições de cidadania para essas pessoas.

Em última análise, apesar da grande relevância deste tema, tanto para o mercado de trabalho quanto para compreender as dificuldades de portadores do HIV/Aids nas empresas, é perceptível a escassez de trabalhos acerca do tema, sendo assim, sugere-se que essa pesquisa instigue interesse em novos estudos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Rita de Cassia Barreto; LABRONICI, Liliana Maria. A trajetória silenciosa de pessoas portadoras de HIV contada pela história oral. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(1):263-274,2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000100030>. Acesso em: 03 set. 2022.
- ALVES, Maria Dalva S; PINHEIRO, Patrícia NC; PINTO, Agnes Caroline S; VIEIRA, Neiva FV. Compreensão da Pandemia da AIDS nos últimos 25 anos. **DST j. bras. doenças sex. transm** ; 19(1): 45-50, jan.-mar. 2007. Disponível em: < [Compreensão da pandemia da aids nos últimos 25 anos | DST j. bras. doenças sex. transm;19\(1\): 45-50, jan.-mar. 2007. | LILACS \(bvsalud.org\)](#)> . Acesso em: 03 set. 2022.
- AUGUSTO, C. A. et. al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Saber (2007-2011). **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 745-764, out/Dez 2013 – Impressa em fevereiro de 2014. Acesso em: 20 out. 2022.
- BARBOSA, Alexandre Naime; SOUZA, Lenice do Rosário de. Infecção pelo HIV/Aids: uma Doença Crônica e Tratável. **Revista Racine**, (p.32-4. 2007). Acesso em: 25 Set. 2022.
- Beltrão R. P. L., da Silva A. C. B., Nogueira F. J. de S., & Mouta A. A. N. (2020). Saúde e qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/aids: uma revisão narrativa dos últimos 15 anos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, (40), e2942. Disponível em: < <https://doi.org/10.25248/reas.e2942.2020> . Acesso em: 11 out. 2022.
- BRANDÃO, Elaine Reis; SOARES, Priscilla da Silva. Não retorno de usuários a um Centro de Testagem e Aconselhamento do Estado do Rio de Janeiro: fatores estruturais e subjetivos. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 23 [3]: 703-721, 2013. Disponível em: [Revista physis 23-3.indd \(scielosp.org\)](#) . Acesso em: 12 out. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Casos de Aids diminuem no Brasil**. Boletim epidemiológico sobre a doença aponta queda na taxa de detecção de Aids no país desde 2012. Publicado: 01.12.2020 – 15:18, modificação: 30.05.2022 – 10:57. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/casos-de-aids-diminuem-no-brasil>>. Acesso em: 25 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Biblioteca Virtual em Saúde**. HIV e Aids. Elaborado em 2016. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/hiv-e-aids/>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção em saúde mental nos serviços especializados em DST/Aids**/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: < [Atenção em Saúde Mental nos Serviços Especializados em DST/Aids - 2012 | Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis](#)>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes dos Centros de Testagem e Aconselhamento – CTA: manual /Coordenação Nacional de DST e Aids.** _ Brasília: Ministério da Saúde, 1999. 32 p. Disponível em: [176-99 \(manual de CTA\)com alter \(saude.gov.br\)](#). Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9.029, de 13 de abril de 1995.** Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1995]. Disponível em: [L9029 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Presidência da República, [2010]. Disponível em: [L12288 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 12.984, de 2 de junho de 2014.** Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <[L12984 \(planalto.gov.br\)](#)>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9.313, de 13 de novembro de 1996.** Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. Disponível em: < [L9313 \(planalto.gov.br\)](#)>. Acesso em 20 out. 2022.

BRASIL. **Portaria Interministerial n.º 869, 11 de agosto de 1992** – dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Administração – Proíbe a testagem para detecção do vírus HIV, nos exames pré-admissionais e periódicos de saúde dos servidores públicos. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/legaldocument/wcms_172771.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

BULGARELLI, Alexandre Favero; TÁVORA, Patricia Rodrigues. AIDS E DISCRIMINAÇÃO, A ENFERMIDADE NO AMBIENTE LABORAL. **Cienc Cuid Saude** 2013 Out/Dez; 12(4):797-803. Disponível em: < [Vista do Aids e discriminação, a enfermidade no ambiente laboral / Aids and discrimination, the disease in the contextual labour environment DOI: 10.4025/cienccuidsaude.v12i4.10919 \(uem.br\)](#)>. Acesso em: 19 out. 2022.

CARVALHO, Fernanda Torres de; CESAR, Augusto Piccinini; KOLLER, Silvia Helena; MORAIS, Normanda Araujo de. Fatores de proteção relacionados à promoção e resiliência em pessoas que vivem com HIV/AIDS. **Cad. Saúde Pública**,

Rio de Janeiro, 23(9):2023-2033, set, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000900011>. Acesso em: 23 set. 2022.

CEZAR, Vagner Mendes; DRAGANOV, Patricia Bover. A História e as Políticas Públicas do HIV no Brasil sob uma Visão Bioética. **Ensaio Cienc., Cienc. Biol. Agrar. Saúde**, v. 18, n. 3, p. 151-156, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2014v18n3p%25p>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CHRISTO, P. P. Alterações Cognitivas na Infecção pelo HIV e AIDS. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 242-247, 2010. Acesso em: 09 out. 2022.

COUTINHO, MFC; O'DWYER, G; FROSSARD, V. Tratamento antirretroviral: adesão e a influência da depressão em usuários com HIV/Aids atendidos na atenção primária. **Saúde em Debate** | RIO DE JANEIRO, V. 42, N. 116, P. 148-161, JAN-MAR 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811612>>. Acesso em: 09 out. 2022.

DAMACENA, G. N; PEREIRA, C. R; SZWARCOWALD, C. L. A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS NO TRABALHO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA. **P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, Ed. Especial, p.60-82, 2019. Disponível em: [Vista do A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS NO TRABALHO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA \(ibict.br\)](https://doi.org/10.1590/0103-1104201811612). Acesso em: 11 out. 2022.

FERREIRA, RCM.; FIGUEIREDO, MAC. REINserÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. BARREIRAS E SILÊNCIO NO ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO POR PESSOAS COM HIV/AIDS. **Revista de Medicina**, Ribeirão Preto, v.39, n.4, p. 591-600, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/411/412>>. Acesso em: 25 Set. 2022.

FERREIRA, RCM., FIGUEIREDO, MAC., SOUZA, Lícia Barcelos de. Trabalho, HIV/AIDS: enfrentamento e dificuldades relatadas por mulheres. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 259-267, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/ZwNp4MnCMQWPJm53gVj4dyq/?format=html>. Acesso em: 25 Set. 2022.

FILHO, Rodolfo Mário Veiga Pamplona; VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. **Revista Argumentum**, v.21, N.1, p. 39-69, jan. – abr. 2020. Acesso em: 25 set. 2022.

FONTENELES, A. Sofrimento psíquico em pessoas que vivem com o HIV/AIDS. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Enfermagem – UNICEPLAN. Gama-DF, 12 p. 2020. Disponível em: [Amanda de Oliveira Fonteneles 0005106 Ronaldo Filho 0009890 Sara Simoes 0008191.pdf \(uniceplac.edu.br\)](https://repositorio.uniceplac.edu.br/handle/123456789/10005106). Acesso em: 11 out. 2022.

FREITAS, Julyana Gomes de., et al. Enfrentamentos experienciados por homens que vivem com HIV/Aids no ambiente de trabalho. **Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]**. 2011, v. 46, n. 3, pp. 720-726. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000300026>. Acesso em: 25 set. 2022.

FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula: **Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. 1ª ed. Santa Catarina: Autêntica Editora, 2017.

GARRIDO, Pedro B., et al. Aids, estigma e desemprego: implicações para os serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, supl. 2, p. 72-79, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000900012>>. Acesso em: 09 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019. Bibliografia. ISBN 987-85-2098-4. Acesso: 18 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. Bibliografia. ISBN 978-85-97-01292-7. Acesso em: 19 out. 2022.

GIV – Grupo de Incentivo à Vida. Medicamentos Anti-HIV. S.d. Disponível em: < [Medicamentos | HIV/AIDS | GIV.org.br](http://Medicamentos|HIV/AIDS|GIV.org.br)>. Acesso em: 09 out. 2022.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/38200/36944>. Acessado em: 17 out. 2022.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1988. Acesso em: 24 set. 2022.

JORGE, T.A.S Mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, D.A; DUARTE, A.M.C; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDRom. Acesso em: 26 fev. 2023.

MAKSUD, Ivia; RODRIGUES, Marilza. Abandono de tratamento: itinerários terapêuticos de pacientes com HIV/Aids. **SAÚDE DEBATE | Rio de Janeiro, V. 41, N. 113, P. 526-538, Abr-Jun 2017**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711314>>. Acesso em: 10 out. 2022.

MINAYO M. C. S., et al. Avaliação dos Centros de Orientação e Apoio Sorológico/CTA/Coas da Região Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 15(2):355-367, abr-jun, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1999000200020>>. Acesso em: 11 out. 2022.

MOURA, Renan Gomes de; SILVA, Davi Jose de Souza da. **O Segundo Armário: O Estigma De Ser Gay e de Conviver com HIV/AIDS no Ambiente De Trabalho**. XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022. Disponível em: [d5eca8dc3820cad9fe56a3bafda65ca1.pdf \(anpad.com.br\)](https://anpad.com.br/d5eca8dc3820cad9fe56a3bafda65ca1.pdf). Acesso em: 12 out. 2022.

NEGREIROS, D. E. H., BARBOSA, A. C. de A., PORTILHO, E. P., MARIANO, P. F., CARMO, P. A. P. do, & VIEIRA, D. S. (2016). PROJETO DE EXTENSÃO: SAÚDE PARA TODOS – A PROMOÇÃO DA SAÚDE E A PREVENÇÃO DE DOENÇAS À POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE. **Revista FAROCENCIA (ISSN 2359-1846)**, 1(1), 149-151. Disponível em: <[PROJETO DE EXTENSÃO: SAÚDE PARA TODOS – A PROMOÇÃO DA SAÚDE E A PREVENÇÃO DE DOENÇAS À POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE | Revista FAROCENCIA \(ISSN 2359-1846\)](#)>

. Acesso em: 19 out. 2022.

MORIN, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000300002>>. Acesso em: 23 set. 2022.

OIT. **Repertório de recomendações práticas da OIT sobre o HIV/AIDS e o mundo do trabalho** / Tradução de Edilson Alkmin Cunha. – 2.ed. – Brasília: OIT, 2004. 84p. Acesso em: 25 set. 2022.

PATRÍCIO ACFA., Silva IBN., Ferreira MAM., Rodrigues BFL., Silva RF., Nascimento JÁ., et al. **Depression, self-concept, future expectations and hope of people with HIV**. *Rev Bras Enferm.* 2019;72(5):1288-94. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0730>. Acesso em: 03 set. 2022.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. Disponível em: < [Vista do A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento \(unicamp.br\)](#)>. Acesso em: 19 out. 2022.

RODOVALHO AG, et al., **ALTERAÇÕES DE SAÚDE MENTAL EM PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS**. Volume 22, N. 2, pp. 26 - 42, Jul/Dez, 2018. Acesso em: 03 out. 2022.

SANTOS, Marlene Sousa dos. **DA INVISIBILIDADE À MORTE SOCIAL: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E O PAPEL DA SOCIABILIDADE NA SAÚDE DAS PESSOAS VIVENDO COM HIV EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília-DF, Out/nov. 2019. Disponível em: < [##article.pageTitle## \(bonino.com.br\)](#)>. Acesso em: 20 out. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 -. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. –2ª. ed. -- São Paulo: Cortez, 2017. 4,4 MB; e-Pub. Bibliografia ISBN 978-85-249-2081-3. Acesso em: 18 out. 2022.

SILVA, Victor César da. Infecções Oportunistas associadas ao HIV. S.d. Disponível em:< [Infecções oportunistas associadas ao HIV | Faculdade de Farmácia \(ufmg.br\)](#)>. Acesso em: 09 out. 2022.

TERTO JR., Veriano. **Homossexualidade e saúde: Desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100008. Acesso em: 03 set. 2022.

VOLPE, Beto. **A perigosa armadilha dos grupos de risco**. Disponível em: < [A perigosa armadilha dos grupos de risco – Agência AIDS \(agenciaaids.com.br\)](http://agenciaaids.com.br)>. Acesso em: 30 set. 2022.